

DANIELA PEREIRA BARBOSA E MARIA FERNANDA DERNTL

A valorização de uma arquitetura em madeira representativa do período inicial da construção de Brasília: entre “barraco” e patrimônio cultural

The valuation of a wooden architecture representative of the early period of the construction of Brasília: between "shack" and cultural heritage

La valoración de una arquitectura en madera representativa del período inicial de la construcción de Brasília: entre "chabola" y patrimonio cultural

Daniela Pereira Barbosa

Professora visitante do Departamento de Design da Universidade de Brasília e membro do grupo de pesquisa Capital e Periferia (CNPQ/UnB). Consultora em Design de Interfaces no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD Brasil. Doutora em Arquitetura e Urbanismo (UnB, 2021) e Mestre em Design (UnB, 2015).

Profesora visitante del Departamento de Diseño de la Universidad de Brasilia y miembro del grupo de investigación Capital y Periferia (CNPQ/UnB). Consultora en diseño de interfaces en el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo - PNUD Brasil. Doctorado en Arquitectura y Urbanismo (UnB, 2021) y Máster en Diseño (UnB, 2015).

Visiting professor at the Department of Design at the University of Brasília and member of the research group Capital city and Periphery (CNPQ/UnB). Consultant in Interface Design at the United Nations Development Programme - UNDP Brazil. PhD in Architecture and Urbanism (UnB, 2021) and Master in Design (UnB, 2015).

barbosa.dnl@gmail.com

Maria Fernanda Derntl

Professora e pesquisadora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília desde 2010. Autora do livro Método e Arte: urbanização e formação de territórios na capitania de São Paulo, 1765-1811 (Alameda/ FAPESP, 2013.) Líder do grupo de pesquisa Capital e Periferia (CNPQ/UnB). Vencedora do X Prêmio Milton Santos (Anpur, 2021) pelo artigo Brasília e suas unidades rurais (Anais do Museu Paulista, 2020).

Profesora e investigadora de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Brasilia desde 2010. Autora del libro Método e Arte: urbanização e formação de territórios na capitania de São Paulo, 1765-1811 [Método y Arte: Urbanización y Formación del Territorio en la Capitanía de São Paulo, 1765-1811] (Alameda/ FAPESP, 2013.) Líder del grupo de investigación Capital y Periferia (CNPQ/UnB). Ganadora del X Premio Milton Santos (Anpur, 2021) por el artículo Brasília e suas unidades rurais [Brasilia y sus unidades rurales] (Anais do Museu Paulista, 2020).

Professor and researcher at the School of Architecture and Urban Design at the University of Brasília since 2010. Author of the book Método e Arte: urbanização e formação de territórios na capitania de São Paulo, 1765-1811 [Method and Art: Urbanization and Territory Formation in the Captaincy of São Paulo, 1765-1811] (Alameda/ FAPESP, 2013.) Leader of the research group Capital city and Periphery (CNPQ/UnB). Winner of the X Milton Santos Award (Anpur, 2021) for the article Brasília e suas unidades rurais [Brasília and its rural units] (Anais do Museu Paulista, 2020).

fernandafau@unb.br

Resumo

Este artigo analisa o processo de formulação do que veio a ser considerada uma arquitetura representativa do período inicial da construção de Brasília, composta por construções de madeira erguidas em fins da década de 1950, incorporando preceitos do modernismo. A análise considera esse processo no campo patrimonial, a partir do discurso expresso em dossiês de tombamento, nossa fonte primária de análise. Trata-se dos seguintes bens tombados: Catetinho, Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, Igreja São Geraldo, Centro de Ensino Metropolitana e Igreja São José Operário. O método consistiu em análise documental, coletando-se nos dossiês informações alusivas à importância arquitetônica dos bens, cotejando-se o resultado com a bibliografia. Os primeiros tombamentos ocorreram a despeito da identificação de um dos bens como "barraco". Em seguida, a incipiente valorização dessa arquitetura nos anos 1970-1980 conviveu com ameaças de demolição de edificações. A valorização desses edifícios enquanto patrimônio, por fim, se deu como arquitetura representativa do período inicial da construção de Brasília, associada a noções de pioneirismo e de expectativa quanto ao futuro da nova capital.

Palavras-chave: Brasília. Acampamentos de obras. Patrimônio moderno em madeira. Documentação.

Abstract

This article analyzes the process of formulating what came to be considered architecture representative of the initial period of construction of Brasília, composed of wooden buildings built in the late 1950s, which incorporated precepts of the modern movement. This analysis looks at this process in the field of heritage, based on the discourse expressed in dossiers for preservation, which were our primary source of analysis. Listed properties analyzed here were: Catetinho Palace, Juscelino Kubitschek de Oliveira Hospital, São Geraldo Church, Educational Centre Metropolitana and São José Operário Church. The method based on document analysis, by drawing on dossiers information alluding to the architectural importance of those buildings and comparing the results with what is stated in bibliography. The first preservation acts occurred despite identification of the building as a "shack". Later, incipient appreciation of that architecture in the 1970s-1980s coexisted with threats of demolition of buildings. The appreciation of these buildings as heritage, finally, took place through recognition of them as representative architecture of the initial period of the construction of Brasília, associated with notions of pioneering spirit and hope regarding the future of the new capital.

Keywords: Brasilia. Construction camps. Modern wooden heritage. Documentation.

Resumen

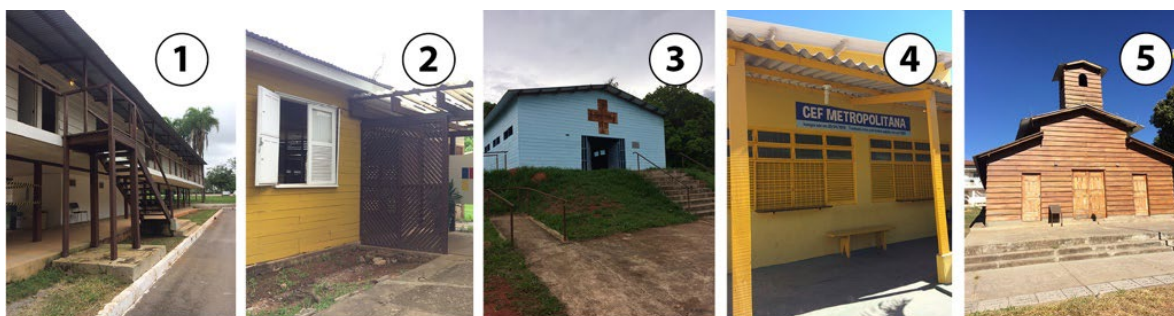
Este artículo analiza el proceso de formulación de lo que llegó a ser considerado una arquitectura representativa del período inicial de la construcción de Brasília, compuesta por construcciones de madera erigidas a fines de la década de 1950, incorporando preceptos del modernismo. El análisis considera este proceso desde una perspectiva patrimonial, a partir del discurso expresado en los expedientes de registro, nuestra principal fuente de análisis. A continuación, listamos las construcciones catalogadas: Catetinho, Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, Igreja São Geraldo, Centro de Ensino Metropolitana y Igreja São José Operário. El método consistió en el análisis documental, recojiéndose en los expedientes información alusiva a la importancia arquitectónica de las construcciones, cotejándose el resultado con la bibliografía. El primer registro se produjo a pesar de su identificación como "chabola". Luego, la incipiente apreciación de esta arquitectura en los años 1970-1980 coexistió con amenazas de demolición de edificios. La valoración de estos edificios como patrimonio, finalmente, tuvo lugar como arquitectura representativa del período inicial de la construcción de Brasília, asociada a nociones de espíritu pionero y expectativa sobre el futuro de la nueva capital.

Palabras clave: Brasilia. Campos de construcción. Patrimonio moderno de madera. Documentación.

Introdução

Brasília, cidade moderna construída para ser a nova capital do Brasil e inaugurada em 1960, teve seu núcleo inicial, o Plano Piloto, reconhecido como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1987. A cidade possui edifícios emblemáticos que sustentam sua imagem moderna e monumental, muitos projetados por Oscar Niemeyer. O patrimônio cultural de Brasília, contudo, não se limita ao Plano Piloto, pois contempla bens localizados para além daquele núcleo central, como construções centenárias erguidas no que antes era o estado de Goiás, edificações em madeira que remetem ao período inicial da construção de Brasília e equipamentos para fornecimento de serviços a núcleos satélites. Esse patrimônio, referente a épocas e estilos variados, amplia as possibilidades de leitura da imagem patrimonial da capital do país.

Este trabalho concentra-se no patrimônio de madeira, ou seja, edificações do período inicial da construção da cidade feitas para dar apoio às obras. O primeiro tombamento dessa série foi o do Catetinho, em 1959, pelo Iphan – à época, DPHAN. Os demais foram em nível local pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECEC): os remanescentes do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO), tombado em 1985; a Igreja São Geraldo no Paranoá, em 1993; o Centro de Ensino Metropolitana, em 1995; e a Igreja São José Operário, em 1998.



1. Catetinho
2. Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira – HJKO
3. Igreja São Geraldo no Paranoá
4. Centro de Ensino Metropolitana
5. Igreja São José Operário na Candangolândia

FIGURA 1 – Patrimônio em madeira de Brasília.

Fonte: Autores, 2020

A construção de Brasília, iniciada em 1956, acarretou mudanças profundas no território do recém-criado Distrito Federal, área até então pertencente a Goiás. A Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), empresa pública responsável por gerenciar as obras, implementou uma série de pontos de apoio ao redor do imenso canteiro de obras para a edificação de Brasília.

Esses locais objetivavam proporcionar suporte às pessoas que se deslocavam para o Planalto Central para participar da construção da cidade ou visitar o local. Todas as edificações eram de madeira, indicativo de seu caráter provisório, pois deveriam ser demolidas após a inauguração. Mas isso não ocorreu de todo como previsto, pois ainda em 1959, antes mesmo da inauguração de Brasília e por determinação presidencial, tombou-se o Catetinho. Anos mais tarde, nas décadas de 1980 e 1990, as demais edificações analisadas neste trabalho foram tombadas.

Tendo como suporte a bibliografia e documentação específica sobre o tombamento dessas edificações, analisamos como se deu o processo de reconhecimento e valorização de uma arquitetura representativa do período inicial da construção de Brasília. Este trabalho busca contribuir com o debate sobre preceitos e características dessa arquitetura, tendo como suporte fundamental o modo como isso se apresenta em processos de tombamento.

Fonte primária de análise e método

O método consiste em análise bibliográfica e documental relativa ao patrimônio cultural em madeira referente ao período inicial da construção de Brasília. Uma série de arquivos de tipos e origens diversas – matérias de jornal, fonte iconográfica, plantas arquitetônicas, etc. – constitui nossa fonte primária de análise, pois compõe os **dossiês de tombamento**. Esse material, organizado em fichários, encontra-se sob a égide da SECEC, e por não possuir cópias digitalizadas e não ser permitida a sua retirada do local, a consulta e coleta de dados foi realizada nas dependências da instituição, entre 2018 e 2021. Cada dossiê é relativo a uma edificação, totalizando cinco dossiês.

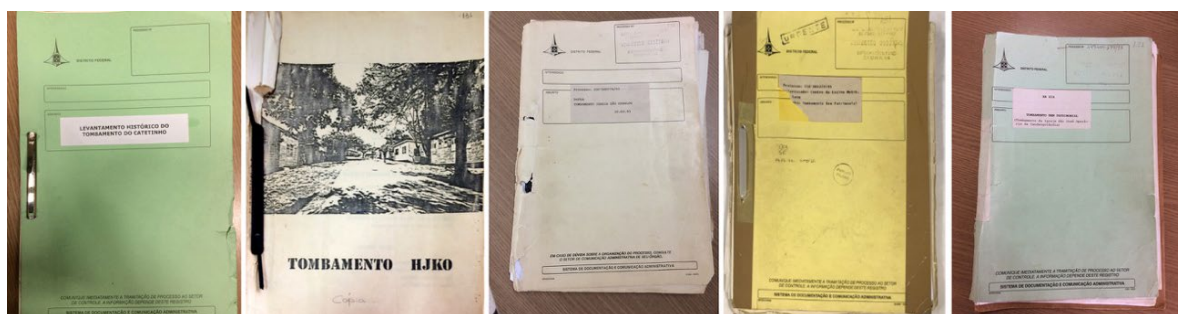


FIGURA 2 – Capas dos dossiês analisados.

Fonte: Autores, 2020

Cada um dos dossiês é composto por material de origens diversas e sua montagem foi realizada por diferentes profissionais atuantes no Iphan ou na SECEC, entre 1958 e 1998. Os profissionais, ao longo dos anos, foram responsáveis por realizar a coleta e elaboração de material com o intuito de fundamentar os tombamentos.

Diante da diversidade da documentação, privilegiamos a análise dos registros documentais que indicam o modo como a arquitetura dos bens teria sido tratada no momento do tombamento. A análise documental permitiu uma apreciação dos arquivos não pela linearidade e sequencialidade da informação, mas pelos pontos mais significativos identificados nessa fonte. A bibliografia específica foi essencial para complementar a análise documental e expandir as possibilidades de discussão.

A formulação de preceitos para uma arquitetura representativa do período inicial da construção de Brasília

Tanto o Iphan quanto a bibliografia buscam identificar parâmetros que caracterizaram a urbanização de núcleos de apoio do período inicial da construção de Brasília. As descrições destacam aspectos positivos desses espaços e de suas unidades construtivas, pois havia a pretensão de justificar a sua importância histórica. O Iphan aponta que

Tais acampamentos, apesar de serem constituídos de construções provisórias que deveriam ser desativadas e desmontadas assim que as obras fossem concluídas, foram organizados à feição de pequenas cidades tradicionais, de modo a tentar recriar, para os operários e suas famílias, a ambiência a que estavam acostumados em suas cidades natais. (Iphan, 2016, p. 17).

Além de destacar essas feições tradicionais, assinala-se a referência ao modernismo na concepção desses espaços, e reforça-se a existência de um padrão construtivo alinhado com preceitos em voga no período, pois “as edificações de madeira que, via de regra, tinham feição rústica, traziam consigo parte dos preceitos do racionalismo modernista, com suas linhas sóbrias e livres de ornamentações” (2016, p. 5). Nesse discurso, a vinculação de edificações “de feição rústica” ao modernismo foi fundamental para sua valorização, o que tende a reforçar o alinhamento entre tais edificações e Brasília, cidade moderna.

A associação entre os anteriores acampamentos de obras e o Movimento Moderno também aparece na bibliografia, a exemplo do estudo de Maria Kohlsdorf (2010) sobre as várias imagens urbanas que caracterizam Brasília. Com relação à malha urbana dos acampamentos, a autora aponta que “são expressões do Movimento de Arquitetura Moderna nas predominâncias de regularidade, ortogonalismo e pequeno número de elementos básicos de composição” (KOHLSDORF, 2010, p. 257).

Percebe-se, pelas descrições, um esforço em assinalar a relevância histórica e estilística de edifícios da época, em uma tentativa de compreender e classificar sua formulação. Um discurso análogo se repete em outras análises, em especial sobre exemplares projetados por Niemeyer. Maritza Dantas e Ana Medeiros (2019, p. 10) apontam que “a arquitetura em madeira produzida por Niemeyer na nova capital trazia consigo suas constantes projetuais e mostrava o esforço do arquiteto em realizar obras relevantes tanto para sua carreira, como para a vertente modernista da arquitetura brasileira”. De modo semelhante, com relação ao Catetinho, Adrián Gorelik (2003, p. 54) reconhece suas qualidades ao descrevê-lo como uma “feliz junção de critérios modernos e tradicionais”, formado por uma “elegante tira de uma só água sobre pilotis, com uma ampla galeria em toda a sua extensão e uma escada exterior, com materiais ‘pobres’, madeira e chapa”. Os autores, assim como o Iphan, reconhecem o valor arquitetônico de exemplares de madeira do período, associando-os ao Movimento Moderno.

Contudo, ainda em 1959, quando o Catetinho foi tombado por solicitação presidencial, a relação da edificação com o modernismo não era tão evidente. Além disso não se parece haver, no discurso patrimonial daquele período, consenso quanto à necessidade de preservação cultural de uma arquitetura representativa dos primórdios da construção de Brasília.

O tombamento do Catetinho

No dossiê de tombamento do Catetinho, de 1959, a valorização da edificação está relacionada com seu simbolismo em razão de sua precedência em Brasília. Conforme ofício enviado pelo Iphan – à época, DPHAN – à Novacap, o tombamento do Catetinho justificava-se por “ter sido não só a primeira construção erigida na área da Nova Capital, mas também a primeira sede da administração pública no local” (DISTRITO FEDERAL, 1991, s.p.). A arquitetura da edificação, contudo, é tida como frágil pelo seu caráter inicialmente provisório, pois

[u]ma vez que a construção foi feita com materiais ligeiros por se destinar a simples “barracão”, recomenda-se à DPHAN providenciar desde logo o estudo dos meios adequados à sua proteção, considerando-se que seria inadmissível reconstruir a edificação periodicamente. (DISTRITO FEDERAL, 1991, s.p.)

O trecho reforça que não havia a intenção inicial de manter a edificação, que, por isso, ela tinha sido projetada com materiais não duráveis. Além disso, não há a identificação do Catetinho como um importante exemplar do Movimento Moderno, mas, sim, como um “simples barracão”.

A fragilidade do Catetinho, apesar de ser colocada como um problema a ser resolvido em termos de conservação, auxiliou na elaboração de um discurso alusivo ao desenvolvimento da região. Conforme pronunciamento do então diretor do DPHAN Rodrigo Andrade, na ocasião de tombamento do Catetinho, cuja transcrição está anexada ao dossiê, “estranhar-se-á que tão cedo, enquanto o empreendimento grandioso ainda se encontra distante da conclusão, já se lhe pretenda comemorar a história”. Contudo, a despeito desse possível estranhamento inicial,

o que se visou foi, em pleno desenvolvimento da tarefa gigantesca da construção de Brasília, proteger a tempo a pequena edificação em que nossos compatriotas do futuro conhecerão a origem rústica e quase humilde da majestade da nova capital. (DISTRITO FEDERAL, 1991, s.p.)

O Catetinho, construção considerada “tosca” e “humilde”, foi valorizado enquanto prelúdio da monumentalidade vindoura de Brasília. Em outro trecho do mesmo pronunciamento, Andrade aponta que

o objetivo mais amplo da medida adotada é garantir e cultivar, por meio da proteção dos marcos expressivos do desenvolvimento da civilização nacional, a memória luminosa da identidade do Brasil do futuro com o do passado, estabelecendo a ligação entre as aspirações gloriosas alcançadas e as realizações toscas e modestas de que se originaram. (DISTRITO FEDERAL, 1991, s.p.)

Para o DPHAN, o Catetinho seria um elo simbólico entre o passado e o futuro da nação, e sua arquitetura é um ponto importante nesse discurso, pois assinala-se ser possível construir um futuro desenvolvido a partir de bases modestas. O valor patrimonial da edificação estaria então muito mais associado à simbologia de esperança de uma nova era do que a uma arquitetura excepcional.

Ademais, ainda que o Catetinho tenha sido projetado por Oscar Niemeyer, o dossiê não menciona a autoria do projeto. O mesmo texto do pronunciamento cita Niemeyer para destacar que couberam ao arquiteto “os monumentos principais de Brasília”, não havendo alusão à excepcionalidade do projeto arquitetônico do Catetinho. Assim, em que pesem as características arquitetônicas do Catetinho terem um sentido menor no momento do tombamento, elas adquiriram importância posteriormente, na bibliografia.

O Catetinho foi reconhecido como patrimônio nacional em 1959, com Brasília ainda em construção, e a manutenção da edificação inicialmente provisória trazia desafios do ponto de vista da conservação. Contudo, isso não inaugurou o debate sobre a manutenção permanente da arquitetura em madeira no Brasil. Oscar Ferreira (2019) chama a atenção para projetos que antecederam a construção da capital, como o Park Hotel São Clemente em Nova Friburgo, projetado por Lucio Costa e inaugurado em 1944. Para Ferreira (2019), foi a partir desse projeto que Costa lançou as bases para a arquitetura moderna em madeira no Brasil, e o autor, inclusive, reconhece no Catetinho uma composição semelhante.

O fato de o Catetinho ser de madeira não representava, por si só, uma inovação na problemática da conservação do material, pois o projeto citado por Ferreira (2019) havia sido um precedente importante. No entanto, como vimos, não se identificava no Catetinho um exemplar de uma arquitetura representativa da construção de Brasília, mas, sim, um prelúdio da monumentalidade da nova capital.

O despertar da discussão sobre uma arquitetura representativa do período inicial da construção de Brasília

Um ano após o tombamento do Catetinho, Brasília foi inaugurada. Com o passar dos anos os resquícios da construção da cidade foram se deteriorando, situação agravada pelo fato de os anteriores acampamentos de obras terem sido considerados irregulares, passando a ser alvo de recorrentes tentativas de destruição por sucessivos governos.

Viviane Ceballos (2005, p. 91) reforça que as investidas oficiais para erradicação de acampamentos de obras estavam substanciadas pela necessidade de fazer do Plano Piloto de Brasília “um espaço livre dos vícios, livre das invasões e de todos os símbolos que pudessem representar o subdesenvolvimento e os problemas que caracterizavam as grandes cidades brasileiras”. Na esteira desse debate, Edson Beú (2013, p. 15) assinala que, “logo após a inauguração, os governos locais começaram a colocar em prática a política de extinguir os antigos acampamentos de operários, uma ameaça que se fazia latente desde a pós-inauguração”. Embora as investidas contra esses locais tenham logrado êxito em diminuir consideravelmente seu território e controlar parte das ocupações, a falta de fiscalização e de uma política habitacional eficiente fez com que muitos deles resistissem ao desmonte (EPSTEIN, 1973). Por fim, o processo de fixação desses núcleos, conforme José Nunes (2005, p. 155), foi resultado de “lutas cotidianas [dos moradores] pela conquista de espaços na cidade”. A discussão dos autores sobre a fixação desses núcleos ressalta principalmente as tensões envolvendo governantes e moradores e aponta para um processo marcado pela luta e resistência da população.

Para além dos anteriores acampamentos de obras contemplados neste trabalho – Candangolândia, Metropolitana e Paranoá – houve, de modo precursor, a fixação da Cidade Livre em 1961, com o novo nome de Núcleo Bandeirante. O local surgiu como um núcleo de comércio e serviços criado pela Novacap e a exitosa campanha pela sua fixação foi encabeçada em grande parte por comerciantes do núcleo, que fizeram uso de pressões políticas (CEBALLOS, 2005). Os moradores mobilizaram, em sua campanha para regularização, o valor simbólico do tópic do pioneiro de Brasília, indicando a necessidade de valorizar aqueles que teriam ajudado a construir a nova capital com seu esforço e trabalho

Os anteriores acampamentos de obras em análise, por sua vez, foram regularizados na década de 1980. Antes disso, ainda nos anos 1970 e em meio a tentativas de destruição desses locais, uma discussão sobre o seu valor histórico começou a ganhar espaço por meio de iniciativas diversas. Em 1975, no âmbito da Secretaria da Cultura do DF, foi criada a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, hoje extinta e que precedeu setores responsáveis pelo patrimônio na atual Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do DF, a SECEC. Em 1978 o arquivista Walter Mello assumiu a diretoria daquela Divisão interessando-se, primordialmente, pelos vestígios em madeira do período da construção da cidade, e, pensando na proteção

deles, idealizou um projeto denominado *Raízes Históricas*. O projeto, conforme reportagem de 1980 intitulada *E a memória de Brasília? Monumentos históricos jazem sob o efeito implacável do tempo* (ARAÚJO, 1980), tinha como intuito a recuperação física de algumas construções em madeira. Conforme depoimento de Mello para a reportagem,

há uma preocupação em preservar os pontos históricos de Brasília. Por isso, a recuperação da igreja da Metropolitana, da Escola Julia Kubitschek e de núcleos pioneiros está dentro do plano de comemoração dos vinte anos de Brasília. (ARAÚJO, 1980, s.p.)

Destaca-se, no *Projeto Raízes*, não apenas o anseio pelo registro da memória de acampamentos de obras, mas, também, a alegação de um potencial turístico não explorado nesses espaços. Conforme a mesma reportagem, previa-se incrementar o turismo em Brasília pela transformação de casas de madeira em bom estado em museus (ARAÚJO, 1980). Assim, buscou-se aliar a preservação desses exemplares ao desenvolvimento turístico local.

A proposta de Mello fazia coro com outras iniciativas do período. Aloísio Magalhães, que viria a ser presidente do Iphan em 1979 idealizou, naquele mesmo ano e ainda no Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), o projeto *Estudo da Construção de Brasília*. Conforme análise de Thiago Perpétuo (2015), a proposta consistia em levantamento e documentação referente ao período inicial da construção da cidade,

considerando o que estava sendo entendido como modo específico de vida dos candangos da Cidade Livre, atual Núcleo Bandeirante, e dos canteiros de obra, propondo-os como primeiros elementos socioculturais marcantes da identidade local. (PERPÉTUO, 2015, p. 156)

Além das iniciativas de Mello e de Magalhães, outro estudo análogo estava em curso na Universidade de Brasília no final dos anos 1970, o de Muhdi Koosah, professor serra-leonês da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. A sua pesquisa, intitulada *Proposta para uma documentação (historiográfica) dos assentamentos humanos construídos precários e/ou deteriorados do DF*, tinha como intuito abordar anteriores acampamentos de obras já em uma perspectiva de preservação. (SILVA, 2019)

Essas iniciativas, concentradas no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, demonstram o despontar de um interesse por exemplares arquitetônicos e elementos sociais do período inicial da construção de Brasília. A preocupação em documentar a história de Brasília, contudo, não se resumiu às construções em madeira, pois conforme Perpétuo (2015), houve estudos com enfoque nos problemas de uma incipiente metrópole e pela preservação de Brasília, em especial do Plano Piloto. O autor destaca como principais eventos o *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília*, realizado em 1973, com participação de Lúcio Costa, e o *Simpósio Brasília: concepção, realidade e destino*, realizado em 1985 já com a perspectiva de patrimonialização da cidade (PERPÉTUO, 2015). Mas, além disso, a valorização de outras referências culturais e históricas se destacaram no período. A Secretaria de Cultura do Distrito Federal, em 1982, realizou o tombamento de três construções centenárias em Planaltina, cidade originariamente goiana, o Museu Histórico e Artístico, a Igreja São Sebastião e a Pedra Fundamental.

Antes disso, ainda em 1981, um estudo sobre o patrimônio de Brasília foi estruturado de modo mais efetivo pelo Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília, o GT-Brasília, criado com o propósito de definir critérios de preservação a serem adotados na capital (DISTRITO FEDERAL, 1981). O GT-Brasília é discutido por Ribeiro (2005), Perpétuo (2015) e Silva (2019) como responsável por inovações na proposta da preservação da cidade, embora a legislação de proteção depois sancionada não tenha seguido de todo seus estudos. Essa legislação baseou-

se sobretudo nas ideias do arquiteto Ítalo Campofiorito, com anuência de Lucio Costa, para delimitar escalas de preservação referentes ao Plano Piloto e seu entorno imediato.

O GT-Brasília, atuante até 1988, considerou a preservação não apenas do Plano Piloto, mas de antigas fazendas, de algumas construções de cidades originariamente goianas, da paisagem natural e de anteriores acampamentos de obras. A inovação na proposta do Grupo estava na constatação de que Brasília deveria ser preservada pela “preservação dinâmica”, que considerava as principais características dos espaços e, conforme o Grupo, permitiria o desenvolvimento da cidade (RIBEIRO, 2005). Com relação aos acampamentos, a proposta do GT articulava a importância histórica desses espaços à conquista da população por moradia. De acordo com o texto originalmente publicado no Relatório do GT em 1985, de autoria de Márcio Vianna,

a preservação e fixação destes acampamentos pioneiros significam, de sua parte, um resgate da memória da construção de Brasília, além de preservação também do espaço conquistado por parte da população pioneira em sua parcela remanescente nas proximidades da área ‘nobre’. (VIANNA, 2016, p. 138)

O Grupo, em seus estudos, sintonizou a formulação de anteriores acampamentos de obras ao Movimento Moderno, associação que, de fato, integrou definitivamente o discurso de proteção desses resquícios. Com relação à configuração espacial de acampamentos de obras, seriam espaços, no seu entender:

totalmente realizados em madeira, de construção simples e bem adaptados ao clima da região e à condição básica de provisoriedade, bem como às tendências arquitetônicas da época: pelo desenho que apresentavam, as edificações poderiam ser consideradas aplicação imediata, em madeira, da leitura dos princípios arquitetônicos do Movimento de Arquitetura Moderna tão em voga na época – a geometria simples e não raro cartesiana, o uso de elementos vazados (cobogós, inclusive) e varandas fazendo a transição interior/exterior, racionalização da produção do espaço. (VIANNA, 2016, p. 136)

No cenário de regularização de anteriores acampamentos de obras houve também, em 1988, a fixação definitiva e tombamento de todo o perímetro urbano da Vila Planalto (DISTRITO FEDERAL, 1988), núcleo derivado de acampamentos de obras localizado entre a Praça dos Três Poderes e o Palácio da Alvorada, na área tombada de Brasília.

Sandra Zarur (1991) discutiu como, a partir de 1985, o GT-Brasília se empenhou na fixação da Vila Planalto, levando adiante estudos para o seu tombamento em parceria com a população. Sandra Ribeiro (2005), por sua vez, destacou o papel da população residente, pois a sua prévia organização favoreceu um trabalho em conjunto com o GT-Brasília. Para as autoras, a intervenção do GT foi um canal de comunicação fundamental entre a população e os governantes. Já Christiane Coêlho (2006) ressalva que parte da população se mostrou desfavorável ao tombamento, pois ansiava pela possibilidade de reformar suas casas de madeira; mas, convencidos de ser o tombamento a única forma de garantir sua fixação, acabaram por acatar a ideia. Atualmente apenas algumas edificações conservam o material original, como a Igreja Nossa Senhora do Rosário da Pompeia.

As iniciativas pela valorização de anteriores acampamentos de obras coexistiram com investidas pela sua erradicação. O discurso de valorização e proteção desses espaços fez parte de esforços para recuperar a história de Brasília, ampliando a imagem da cidade capital para além do Plano Piloto. Nesse discurso, os resquícios do período inicial da cidade passaram a ser descritos como memória viva e sua formulação associada ao Movimento Moderno.

O tombamento do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO)

Em meio a um cenário de valorização de vestígios em madeira da construção de Brasília houve, em 1983, uma tentativa de destruição dos remanescentes do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira (HJKO), hospital de campanha inaugurado em 1957. A trajetória do HJKO, de hospital abandonado a patrimônio e museu, foi analisada por Maria Gabrielle (2012), que relata como, após a sua desativação em 1973 e abandono pelo poder público, o local foi ocupado principalmente por antigos empregados. Em seguida houve a tentativa de derrubada do conjunto e expulsão dos moradores pelo Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), proprietário da área, em 1983. A investida gerou reação dos moradores, e, a partir de Ação Popular assinada pelo líder comunitário Nilton Rosa, impediu-se a demolição. Concomitantemente, Rosa solicitou o tombamento ao SPHAN e o processo foi levado adiante em parceria com o GT-Brasília e o DePHA, nome do órgão local do patrimônio à época. O HJKO foi tombado em 1985 e, em 1990, transformado no Museu Vivo da Memória Candanga.

A Ação Popular, que se coloca como fruto da organização da coletividade de moradores, está anexada ao dossiê de tombamento. O texto atribui ao antigo hospital valores relacionados ao seu papel ao longo da construção de Brasília e reforça os sacrifícios aos quais teriam sido submetidos os operários. Aponta, ainda, como o HJKO havia sido testemunha de um processo marcado não só por provações e dificuldades, mas por esperança e realizações:

neste Hospital JK nasceram os primeiros brasilienses e morreram os primeiros candangos, cujo sangue foi dado em holocausto àquela geração emergente de uma nova era. Além disso, foi ali que os candangos feridos em acidentes no trabalho receberam socorros e puderam tornar aos andaimes da construção, animados por um sonho lépido, às vezes, transformado em choro fúnebre. (DISTRITO FEDERAL, 1985, s.p.)

O discurso de valorização do hospital, em documentos elaborados pelo DePHA, foi formulado tendo como principal referência a memória "operária" de Brasília, pois:

o HJKO, foi o primeiro da nova capital. Equipamento de importância fundamental para a dinâmica sócio urbana da época, comparece hoje como um dos poucos testemunhos do viver operário que escreveu a história popular deste período. (DISTRITO FEDERAL, 1985, s.p.)

Com relação ao estado de conservação do conjunto, apesar de alguns textos constatarem problemas estruturais, prevalece a valorização da arquitetura do HJKO. Alguns documentos chamam a atenção para o fato de essa arquitetura ser representativa da época da construção de Brasília, como o Parecer do SPHAN, de 1983, que ressalta as qualidades arquitetônicas do local:

o conjunto das residências e hospital são elementos significativos para a memória de Brasília no sentido em que dão importante testemunho do momento inicial da construção e da vida da cidade. O conjunto se constitui em um monumento de uma urbanização, de uma arquitetura e de uma técnica construtiva únicas, desenvolvidas na ocasião e nas circunstâncias específicas da mudança da capital. (DISTRITO FEDERAL, 1985, s. p.)

Para o SPHAN, a importância arquitetônica do HJKO residiria no fato de o hospital representar um momento único da história do Brasil, em que circunstâncias da época teriam exigido um modo específico de projetar, construir e habitar.

De modo similar, outro documento intitulado *Aspectos físicos* descreve a arquitetura do HJKO como representativa “pela singeleza da escala, pela severidade do traço arquitetônico e pelo material empregado: oportuna combinação entre madeira, alvenaria, telhas de barro ou zinco, pisos em cimento liso” (DISTRITO FEDERAL, 1985, s.p.). Percebe-se um esforço em dotar o HJKO de um valor arquitetônico relativo ao período da construção de Brasília, exaltando tanto a simplicidade do traço e da escala quanto os materiais utilizados.

Constata-se uma diferença em relação ao processo de tombamento do Catetinho, de 1959, na valorização da arquitetura. A bibliografia reconheceu as qualidades arquitetônicas do Catetinho posteriormente ao tombamento, enquanto seu dossiê ressaltou seu caráter “rústico” e “tosco”. Em contrapartida, no dossiê do HJKO há uma atenção mais clara em descrever e explicar as características arquitetônicas e técnicas construtivas, valorizando a composição do conjunto. Isso indica que a discussão sobre a representatividade da arquitetura de madeira do período transformou-se com o tempo, e apenas anos após a inauguração da cidade houve um efetivo reconhecimento de suas qualidades construtivas.

Contudo, apesar da existência, na década de 1980, de grupos favoráveis à proteção de um equipamento referente à memória da construção de Brasília, a perspectiva de tombamento do HJKO gerou divergências de opiniões na sociedade local. Em reportagens de jornais, anexadas ao dossiê, as opiniões divergentes são geralmente atribuídas a especialistas na área, que se dividiam entre julgar que o hospital não passava de uma ruína de madeira ou enfatizar sua representatividade. Entre as opiniões, destacamos aquela do arquiteto Raul Molinas, do DePHA, que se posicionou contra o tombamento. Seu relato integra uma reportagem do *Jornal do Brasil*, de agosto de 1984, intitulada *Tombamentos em Brasília são causa de divergência*, na qual, segundo Molinas,

o hospital é um barraco. E se é histórico é mórbido. Ainda estamos estudando a possibilidade de tombá-lo provisoriamente, mas pergunto, tombá-lo para que? Para fazer um museu? É preciso entender que Brasília foi um canteiro de obras, e não podemos tomar tudo quanto é barraco de madeira. Nem tudo que foi primeiro tem valor histórico e artístico. (DISTRITO FEDERAL, 1985, s. p.)

Para Molinas, o fato de o HJKO ter sido o primeiro hospital de Brasília não deveria ser considerado importante, pois a cidade toda, um dia, havia sido um grande canteiro de obras, e, nessa ótica, o local seria apenas um “barraco” semelhante a outros.

Outras reportagens apresentam apreciações favoráveis ao tombamento, como a de José Coutinho, membro do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). Em matéria de um jornal de 1983 não identificado intitulada *Entidades pedem tombamento: HJKO*, Coutinho lamenta a demora do GDF em dar um posicionamento favorável ao tombamento e aponta que o valor do conjunto seria “bem mais histórico do que arquitetônico” (DISTRITO FEDERAL, 1985, s. p.). Na reportagem, o arquiteto defende a proteção do conjunto, alegando que os vestígios da construção de Brasília estariam desaparecendo. Essas reportagens permitem perceber os embates com relação ao valor do conjunto hospitalar, retratado ora como barraco, ora como exemplar significativo da construção de Brasília.

O alegado valor histórico e cultural do conjunto justificou as vantagens para o tombamento. O documento *Recuperação/preservação* relativiza os problemas referentes à fragilidade do material e privilegia as vantagens de recuperação:

As dificuldades para a preservação do conjunto do HJKO – totalmente construído com material que requer cuidados permanentes para sua conservação – podem ser minorados pelo fato de tratar-se de aglomerado de pequenas dimensões, se comparado com outros acampamentos. Diante da convicção do valor cultural deste conjunto e da importância de sua preservação, o custo de sua restauração torna-se perfeitamente justificável. (DISTRITO FEDERAL, 1985)

A campanha pelo tombamento deu visibilidade à luta por moradia dos habitantes e pode ser vista como eficaz, pois eles foram assentados na recém regularizada Candangolândia, em 1984. Como já se disse, ao tombamento, em 1985, seguiu-se a recuperação do Hospital e transformação no Museu Vivo da Memória Candanga, em 1990. Contudo, conforme a Ação Popular que deu início ao processo, pelo menos parte da comunidade ansiava pela transformação do local em um posto de saúde, pois o hospital “poderá e haverá de ser restaurado, e instalado um Posto de Saúde para atender a comunidade das imediações” (DISTRITO FEDERAL, 1985, s. p.). A defesa da instalação de um posto de saúde indica o anseio da comunidade pela implementação de serviços públicos e gratuitos nos arredores.

Embora os moradores tenham sido vitoriosos na campanha pelo tombamento e na conquista por moradia, a transformação do HJKO em museu foi motivo de arrependimento para uma parte da população. Maria Fernanda Derntl (2019) aponta como houve um ressentimento por parte de alguns habitantes, pois, conforme um deles assinalou, “um hospital teria seria melhor do que um Museu Vivo” e outro declarou: “a gente precisava mesmo que tivessem restaurado o hospital, não aconteceu”. (apud DERNTL, 2019, p. 27)

A criação do museu fez, porém, parte de aspirações no período, para que a memória da construção de Brasília viesse fomentar o turismo no Distrito Federal. Como vimos, iniciativas com relação à transformação de exemplares da construção da capital em pontos turísticos remontam, pelo menos aos anos 1970. O próprio Catetinho de certo modo exemplifica isso, pois foi tombado em 1959 e, em 1972, tornou-se o Museu do Catetinho.

Os tombamentos do HJKO em 1985 e da Vila Planalto, em 1988, abriram espaço para outras iniciativas de proteção de remanescentes da construção de Brasília. Mais do que isso, a noção de que a memória operária de Brasília teria valor patrimonial tornou-se orientação importante na atuação do DePHA, que deu sequência uma prática guiada por esse princípio com o tombamento da Igreja São Geraldo no Paranoá em 1993, do Centro de Ensino Metropolitana em 1995 e da Igreja São José Operário na Candangolândia, em 1998.

Os tombamentos realizados nos anos 1990

As edificações em análise tombadas na década de 1990 estão localizadas em anteriores acampamentos de obras cuja regulamentação havia ocorrido na década de 1980, o que garantiu a permanência da população sob a alegação de que se tratavam de “pioneiros de Brasília”. A imagem do pioneiro deu sentido à assimilação dos anteriores acampamentos como parte da memória de Brasília também no discurso patrimonial, pois fundamentou o tombamento de vestígios de madeira.

Isso fica evidente no dossiê do Centro de Ensino Metropolitana, em que uma reportagem de 1988 anexada ao processo aponta um anseio antigo de recuperação daquele espaço, descrito como pioneiro. A reportagem, intitulada sugestivamente Pioneira e abandonada, denuncia a falta de manutenção do edifício, pois

o fato de ser pioneira não livrou a escola da falta de conservação. O passado histórico também não foi suficiente para impedir a danificação dos sistemas elétricos e hidráulicos, as infiltrações em toda a extensão do prédio e a falta de segurança verificada na escola. (DISTRITO FEDERAL, 1995, s. p.)

O texto indica que o estado de conservação insatisfatório do local estaria relacionado ao descaso com a história e a memória pioneira de Brasília. Isso evidencia-se em relato para a reportagem da então diretora Dalva Rodrigues, que lamenta que “ninguém leva a sério esse pioneirismo”, reforçando a urgência de valorização e recuperação física do local (DISTRITO FEDERAL, 1995, s. p.).

O discurso dessa reportagem nos remete ao trabalho de Derntl (2019), que considerou os relatos de moradores sobre a formação de Regiões Administrativas de Brasília. A autora aponta que, em diversas ocasiões, “o atributo de pioneirismo serviu para reforçar a necessidade de prover o lugar de equipamentos urbanos ou reclamar maior atenção política” (DERNTL, 2019, p. 28). Verifica-se ser justamente o caso da campanha pela reforma do Centro de Ensino, o que reforça a ideia de que a noção do pioneirismo foi um importante valor simbólico para justificar uma efetiva prestação de serviços educacionais.

O dossiê do Centro de Ensino Metropolitana também buscou valorizar a escola como integrante de um conjunto de vestígios do período da construção de Brasília, que seria formado também pela Igreja Nossa Senhora Aparecida da Metropolitana, de madeira, e pelo campo de futebol, todos em lotes contíguos. A noção de uma arquitetura representativa, associada à Igreja e à Escola se mostra no documento intitulado *Histórico*:

os dois barracões da escola, construídos em madeira em estilo rústico, típicos da época, são considerados, pela comunidade, como um dos últimos e principais testemunhos históricos e simbólicos desse acampamento pioneiro, como também o são a Igreja Nossa Senhora Aparecida, o Campo de Futebol e a Praça da Igreja. (DISTRITO FEDERAL, 1995, s. p.)

O documento identifica a arquitetura do local como sendo “rústica” e “típica da época”. Nesse prisma, a coletividade do núcleo é descrita como um grupo de origens similares, que teria vivenciado os anos iniciais da construção de Brasília e se orgulharia de sua história.

O dossiê de tombamento da Igreja São José Operário, de modo análogo, compreende quatro igrejas remanescentes da construção de Brasília como parte de um conjunto representativo: além da São José Operário, a São Geraldo no Paranoá, tombada em 1993; a Nossa Senhora Aparecida da Metropolitana, localizada na área de tutela do Centro de Ensino Metropolitana; e a Nossa Senhora do Rosário da Pompeia, na Vila Planalto. O texto do dossiê assinala a importância dos acampamentos de obras no suporte à construção de Brasília e identifica as quatro igrejas como elementos representativos dos primórdios da cidade, pois

estas igrejas se constituem como bens de natureza arquitetônica representativos, testemunhos autênticos da fase pioneira de Brasília. Neste período, implantaram-se assentamentos de caráter provisório, os chamados acampamentos pioneiros, destinados a abrigar os trabalhadores que construíram a cidade, entre eles engenheiros, dirigentes da Novacap e operários de toda espécie. (DISTRITO FEDERAL, 1998, s. p.)

As igrejas são entendidas no documento como edificações autênticas de um modo de viver e projetar alusivo ao período inicial da construção e elementos fundamentais para a configuração do espaço.

A história atribuída a elas está em sintonia com uma imagem heroica da construção de Brasília difundida em discursos políticos veiculados em fins dos anos 1950, em que operários e denominados pioneiros teriam vindo para o Planalto Central motivados pelo sonho da transferência da capital. Luísa Videsott (2009) aponta como o discurso midiático oficial da época foi eficiente ao associar a Brasília imagens positivas como progresso e desenvolvimento do país nas quais os operários eram retratados como heróis anônimos e parceiros do então presidente.

Outro ponto a considerar é que o discurso dos dossiês traz à tona tanto o processo de erradicação de acampamentos de obras quanto a luta da população pela fixação, embora de modo sutil. No dossiê de tombamento da Igreja São Geraldo do Paranoá, o relato sobre a trajetória de formação da Vila do Paranoá sugere uma ambivalência entre pioneirismo e invasão com relação ao espaço. O documento *Histórico* descreve o núcleo ora como acampamento pioneiro, ora como invasão, a depender do período ao qual se refere:

a Vila Paranoá é um dos raros locais remanescentes da época da construção de Brasília. Foi fundada em 1957 quando da implantação dos canteiros de obras para a construção da barragem do lago Paranoá, tornando-se, mais tarde, a maior invasão do Distrito Federal. (DISTRITO FEDERAL, 1993, s. p.)

O trecho citado indica que, com o tempo, o Paranoá teria se tornado uma invasão, referindo-se à expansão do espaço e à chegada de novos moradores. Em seguida, o mesmo documento assinala que a Igreja São Geraldo “é reconhecidamente um marco histórico para a memória daquele núcleo pioneiro” (DISTRITO FEDERAL, 1993, s. p.), em um processo que buscaria associar o bem ao caráter pioneiro do local.

O texto, assim, se reveste de ambiguidades ao se referir ao Paranoá, o que nos permite constatar que as descrições de anteriores acampamentos de obras podiam variar conforme a referência e o propósito. A oficialização de um patrimônio teve de considerar ambiguidades e contradições de Brasília ao elaborar discursos centrados na memória operária da construção. Isso pode ser percebido como uma prática que incluiu o trabalhador construtor da cidade no discurso preservacionista da nova capital, por meio da preservação de espaços inicialmente provisórios, o que viria legitimar a fixação de uma comunidade. Contudo, ao delimitar um período e um grupo específico – os trabalhadores do período inicial da construção de Brasília –, tal discurso tendeu a restringir a legitimidade do direito de ocupação desses espaços a então denominada “população pioneira”, tendo como principal fundamento o seu papel na implantação da nova capital.

Considerações Finais

Este artigo buscou analisar e discutir a formulação de imagens patrimoniais relativas a uma arquitetura representativa da construção inicial de Brasília em dossiês pertinentes ao seu tombamento.

A construção de uma imagem do que seria uma arquitetura representativa daquele período ganhou força a partir do final dos anos 1970, com destaque para a atuação do GT-Brasília. Nesse cenário, os preceitos de valorização dessa arquitetura foram se estruturando, numa mescla de elementos modernos e tradicionais, abarcando a regularidade, o ortogonalismo e um pequeno número de elementos básicos de composição. O mesmo período, contudo, foi marcado por ambivalentes ações governamentais para eliminação de anteriores acampamentos de obras.

O tombamento do HJKO, em 1985, foi, como se viu, um marco ao evidenciar o valor da memória operária da construção de Brasília e seu dossiê ressalta tanto as características daquela arquitetura quanto sua importância histórica. Esse processo foi marcado pelo engajamento da população residente, que pleiteou o tombamento em um processo de luta pelo direito à moradia e por serviços de saúde. Contudo, o HJKO tornou-se um museu e não um posto de saúde, o que frustrou parte dos moradores.

Em seguida, os tombamentos nos anos 1990 foram realizados em locais que já haviam sido regularizados e o discurso de proteção desses bens buscou aliar representatividade histórica e memória pioneira. A imagem do pioneiro e o seu modo de vida deram força simbólica a movimentos de preservação, reforçando a importância daqueles núcleos e de exemplares arquitetônicos originais. Nesse momento, já havia sido estabelecida uma noção de importância atrelada à representatividade de uma arquitetura relativa à construção de Brasília, de madeira e de inspiração moderna. Contudo, ainda que o Catetinho seja fortemente associado ao Movimento Moderno na bibliografia, é nos respectivos dossiês dos demais bens tombados que tal informação se destacou. Evidenciou-se como a importância histórica dessa arquitetura passou a embasar tombamentos, sem deixar de destacar o pioneirismo dos espaços e as conquistas da população. A arquitetura representativa do período inicial de construção de Brasília, para além de sua materialidade e seus aspectos construtivos, está associada ao universo simbólico de esperança e pioneirismo que singularizou a nova capital.

Referências

ARAÚJO, Carlos. E a memória de Brasília? Monumentos históricos jazem sob o efeito implacável do tempo. **Correio Braziliense**. Brasília, edição 6.246, Caderno Fim de semana, p. 3, 16 mar. 1980.

BEÚ, Edson. **Os filhos dos candangos: Brasília sob o olhar da periferia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

BRASIL. **Lei nº 4.020, de 20 de dezembro de 1961**. Considera cidade satélite o chamado Núcleo Bandeirante, no atual Distrito Federal, 1961.

CEBALLOS, Viviane Gomes de. **“E a história se fez cidade...”: a construção histórica e historiográfica de Brasília**. Campinas, SP: [s.n.], 2005.

COELHO, Christiane Machado. **Changements dans les coulisses de Brasília : les ambiguïtés du processus de maintien de Vila Planalto (1956-2006)**. Orientação: Robert Castel. École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris). Mémoire de thèse (version d’origine), 2006.

DANTAS, Maritza; MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. Brasília modernista e o uso da madeira: tombamento e desafios na preservação do Catetinho. In: **13 Seminário Docomomo Brasil**, 2019, Salvador. Anais do 13 Seminário Docomomo Brasil, 2019.

DERNTL, Maria Fernanda. Dos espaços modernistas aos lugares da comunidade: memórias da construção das cidades-satélites de Brasília. **Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 1, p. 11-34, 2019.

DISTRITO FEDERAL. **594-T-1959**. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1991.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 11.079, de 21 de abril de 1988**. Dispõe sobre o tombamento do conjunto da Vila Planalto e dá outras providências, 1988.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 5.819, de 24 de fevereiro de 1981.** Cria o Grupo de Trabalho para estudar, propor e adotar medidas que visem a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília, 1981.

DISTRITO FEDERAL. **Processo nº 13.553/1983.** Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1985.

DISTRITO FEDERAL. **Processo nº 147.000.594/98.** Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1998.

DISTRITO FEDERAL. **Processo nº 150.000.276/93.** Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1993.

DISTRITO FEDERAL. **Processo nº 150.000.370/1995.** Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico (DePHA), 1995.

EPSTEIN, David. **Brasília: plan and reality. A study of planned and spontaneous urban development.** Los Angeles: University of California Press, 1973.

FERREIRA, Oscar Luís. A Madeira no Patrimônio Moderno: O caso de Brasília. In: **13º Seminário Docomomo Brasil Arquitetura Moderna Brasileira.** Anais do 13º Seminário Docomomo Brasil: Arquitetura Moderna Brasileira. 25 anos do Docomomo Brasil. Todos os mundos. Um só mundo. Salvador/BA: Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), 2019. v. 1.

GABRIELE, Maria Cecília. **Musealização do patrimônio construído: inclusão social, identidade e cidadania: Museu Vivo da Memória Candanga.** Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2012.

GORELIK, Adrián. Brasília O museu da Vanguarda 1950 e 1960. **Margens/Márgenes: Revista de Cultura** (2002-2007), n. 4, p. 50-59, 2003.

NUNES, José Walter. **Patrimônios subterrâneos em Brasília.** São Paulo: Annablume, 2005.

PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília.** 2015. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural.** São Paulo: Annablume, 2005.

SILVA, Jéssica Gomes da. **O GT-Brasília na trajetória de patrimonialização da capital.** 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

VIANNA, Márcio. Conjuntos representativos da época da construção de Brasília. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. **GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal.** Organização de Carlos Reis et al; textos de Briane Bicca et al. Brasília: IPHAN, 2016, p. 136-142.

VIDESOTT, Luísa. **Narrativas da construção de Brasília: mídia, fotografias, projetos e história.** Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

ZARUR, Sandra Beatriz Barbosa. **A sobrevivência da Vila Planalto: de acampamento pioneiro a bairro histórico de Brasília.** 1991. 234 f., il. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvo o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: “O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação”.

O **CADERNOS PROARQ (ISSN 2675-0392)** é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma **online** a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submetido em 27/04/2022

Aprovado em 02/07/2022